

Anexo II-b — Disposições aplicáveis apenas aos convites à apresentação de propostas e a outras circunstâncias específicas

Artigo 1.º: Apoio financeiro a terceiros

- 1.1 A fim de apoiar a realização dos objetivos da ação, a organização pode conceder apoio financeiro, desde que as condições especiais o prevejam. A organização deve assegurar que a autoridade contratante e a Comissão Europeia (se não for a autoridade contratante), o OLAF, o Tribunal de Contas Europeu e os representantes autorizados podem exercer os seus direitos ao abrigo do artigo 17.º do anexo II também em relação a terceiros aos quais tenha sido concedido apoio financeiro.
- 1.2 Na medida em que tal seja pertinente, a organização deve assegurar que as condições aplicáveis à organização ao abrigo do artigo 5.º - Conflito de interesses, artigo 8.º - Comunicação e visibilidade e artigo 16.º - Contas e arquivos do anexo II são também aplicáveis a terceiros que tenham recebido apoio financeiro.
- 1.3 O montante máximo do apoio financeiro deve ser especificado no anexo I. Se o apoio financeiro for definido como um dos principais objetivos da ação nas condições especiais, não pode exceder 60 000 EUR por cada terceiro.
- 1.4 A descrição da ação no anexo I deve definir os tipos de entidade elegíveis para apoio financeiro e incluir uma lista fixa dos tipos de atividade elegíveis para apoio financeiro. Devem também ser especificados os critérios de seleção de terceiros beneficiários deste apoio financeiro, incluindo os critérios para a determinação do seu montante exato.
- 1.5 A autoridade contratante pode considerar os custos de apoio financeiro como não elegíveis se o apoio financeiro não for dado pela organização em conformidade com as condições referidas no artigo 1.º, n.ºs 1, 3 e 4, ou se o terceiro beneficiário de apoio financeiro tiver violado substancialmente uma das obrigações enumeradas no artigo 1.º, n.º 2, ou se o terceiro beneficiário não tiver utilizado os fundos para o objetivo previsto no seu acordo com a organização, se for caso disso.
- 1.6 No domínio das ações externas da UE, a organização deve apresentar no seu relatório à autoridade contratante informações sobre a adjudicação e a implementação de todos os apoios financeiros concedidos. O relatório deve demonstrar o cumprimento dos requisitos definidos em conformidade com o artigo 1.º, n.º 3 e n.º 4, 1ª frase, e descrever os resultados obtidos.

Artigo 2.º: Acordos multibeneficiários

- 2.1 Se a organização executar a ação juntamente com os cobeneficiários, os cobeneficiários são Partes no acordo juntamente com a organização. As condições gerais aplicam-se aos cobeneficiários *mutatis mutandis*, sob reserva do disposto no presente artigo.
- 2.2 A organização deve:
 - a) verificar se a ação é executada nos termos do presente acordo e assegurar a coordenação com todos os cobeneficiários na execução da ação;
 - b) ser o intermediário exclusivo para qualquer comunicação entre os cobeneficiários e a autoridade contratante;
 - c) ser responsável pela transmissão à autoridade contratante de todos os documentos e informações que possam ser exigidos nos termos do presente acordo, em particular no que diz respeito aos relatórios narrativos e aos pedidos de pagamento. Se for necessário obter informações dos cobeneficiários, a organização deve ser responsável pela sua obtenção, verificação e consolidação antes do seu envio à autoridade contratante. Considerar qualquer informação prestada, ou pedido apresentado, pela organização à autoridade contratante como tendo recebido o acordo de todos os cobeneficiários em questão;

- d) informar a autoridade contratante de qualquer alteração da situação jurídica, financeira, técnica, organizacional ou relativa à propriedade, assim como de qualquer alteração da denominação, endereço ou representante legal de qualquer dos cobeneficiários;
- e) ser responsável, em caso de auditorias, verificações, acompanhamento ou avaliações, conforme previsto nos artigos 10.º e 17.º do anexo II, pela apresentação de todos os documentos necessários, sem prejuízo do disposto no artigo 2.º, n.º 8, e das responsabilidades do próprio cobeneficiário nos termos do artigo 17.º do anexo II;
- f) Ter plena responsabilidade financeira por garantir que a ação é executada de acordo com o presente acordo. Tal inclui a execução por parte dos cobeneficiários. Excecionalmente, se os pilares de um cobeneficiário tiverem sido positivamente avaliados pela Comissão Europeia e a organização puder demonstrar que os montantes a recuperar ao abrigo do presente acordo apenas dizem respeito a atividades que têm ou deveriam ter sido executadas pelo cobeneficiário em conformidade com o anexo I, a autoridade contratante deve recuperar esses montantes junto desse cobeneficiário;
- g) Ser o único destinatário, em nome de todos os cobeneficiários, dos pagamentos da autoridade contratante. A organização deve elaborar os pedidos de pagamento e assegurar que os montantes devidos são subsequentemente pagos aos cobeneficiários sem atrasos injustificados;
- h) Se for o caso, reembolsar os fundos à autoridade contratante em conformidade com o artigo 15.º do anexo II.

2.3 A organização e os cobeneficiários devem:

- a) realizar a ação conjuntamente, tomando todas as medidas necessárias e razoáveis para assegurar que a ação é executada em conformidade com a descrição da ação constante do anexo I e as condições do presente acordo;
- b) assegurar que a organização tem ou obtém os dados necessários à elaboração dos relatórios, demonstrações financeiras e outros documentos e informações exigidos pelo presente acordo e seus anexos, sem prejuízo do disposto no artigo 2.º, n.º 8, assim como todas as informações necessárias em caso de auditorias, verificações, acompanhamento ou avaliações, em conformidade com o estabelecido nos artigos 10.º e 17.º do anexo II.

2.4 Em casos devidamente justificados, a organização pode propor que seja denunciada a participação de um cobeneficiário no presente acordo. Para o efeito, a organização deve comunicar à autoridade contratante as razões da denúncia da participação e a data a partir da qual a mesma produz efeitos, assim como uma proposta de redistribuição das tarefas que incumbiam ao cobeneficiário cuja participação foi denunciada, ou da sua eventual substituição. A proposta deve ser enviada em momento oportuno, antes de a denúncia produzir efeitos. Se a autoridade contratante concordar, o acordo será alterado em conformidade, nos termos do artigo 11.º do anexo II. Se a autoridade contratante não concordar, qualquer das Partes pode denunciar o acordo em conformidade com o disposto no artigo 13.º, n.º 3, do anexo II.

2.5 Em casos devidamente justificados, a autoridade contratante pode suspender a participação de um cobeneficiário no acordo pelos motivos referidos no artigo 12.º, n.º 3, do anexo II, ou denunciar a participação de um cobeneficiário no acordo pelas razões referidas no artigo 13.º, n.º 1, do anexo II.

2.6 Em caso de denúncia da participação de um cobeneficiário, em conformidade com o artigo 2.º, n.º 4, o pedido de pagamento ao cobeneficiário em causa deve ser incluído no pedido de pagamento seguinte na sequência da denúncia notificada pela organização.

2.7 O limite máximo de 60 000 EUR para as opções de custos simplificados estabelecidas no artigo 18.º, n.º 8, do anexo II aplica-se à organização e a cada cobeneficiário. Os custos indiretos não são elegíveis ao abrigo do acordo para um cobeneficiário que já receba uma subvenção de funcionamento financiada pelo orçamento da União Europeia no período em questão. Caso o orçamento da ação inclua uma repartição entre os cobeneficiários e a organização, a organização e os cobeneficiários estão autorizados a ajustar o orçamento através de transferências entre si sem alteração do acordo.

- 2.8 Quando a organização e um cobeneficiário tiverem concluído acordos-quadro com a Comissão Europeia, o acordo-quadro de cada beneficiário é aplicável para efeitos do presente acordo, exceto no que diz respeito às obrigações em matéria de comunicações e pagamentos, a que apenas o acordo-quadro da organização se aplica.

Artigo 3.º: Entidades afiliadas

- 3.1 Sempre que as Condições Especiais contenham uma disposição sobre as entidades afiliadas, os custos incorridos por essas entidades são elegíveis nas mesmas condições que as aplicáveis à organização, desde que cumpram as mesmas condições estabelecidas no artigo 18.º - Custos diretos elegíveis do anexo II, e que a organização assegure que a autoridade contratante e a Comissão Europeia (se não for a autoridade contratante), o OLAF, o Tribunal de Contas Europeu e os representantes autorizados podem exercer os seus direitos ao abrigo do artigo 17.º do anexo II também em relação às entidades afiliadas.
- 3.2 A organização deve assegurar que os artigos 2.º - Obrigações gerais, 4.º - Responsabilidade perante terceiros, 5.º - Conflito de interesses, 6.º - Confidencialidade, 7.º - Proteção dos dados, 8.º - Comunicação e visibilidade, 9.º - Propriedade, direito de utilizar os resultados e transferência do equipamento, 10.º - Avaliação e acompanhamento da ação, 16.º - Contas e arquivo, 23.º - Ausência de lucro, do anexo II, e o artigo 1.º - Apoio financeiro a terceiros, do presente anexo, são igualmente aplicáveis às entidades afiliadas.